

JACOB DOLINGER  
CARMEN TIBURCIO

# DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

**13.ª edição**  
revista, atualizada e ampliada  
com a colaboração de **Felipe Albuquerque**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
*Copyright © 2017 by*

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | [www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).  
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Data de fechamento da edição: 22/11/2016

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

D69d

Dolinger, Jacob

Direito internacional privado / Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio. – 13. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ISBN: 978-85-309-7319-3

1. Direito internacional privado. I. Título.

11-5491.

CDU: 341.9

# SUMÁRIO

<b>PARTE I – INTRODUÇÃO À DISCIPLINA .....</b>	<b>1</b>
<b>I. O DOMÍNIO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO .....</b>	<b>3</b>
O Objeto .....	3
A Denominação.....	7
O Relacionamento do DIP com as outras Disciplinas Jurídicas....	10
Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público.....	12
A “Sociedade Internacional” .....	14
A Ótica da Disciplina.....	15
O Direito Público no Âmbito do Direito Internacional Privado...	17
Os Conflitos Interespaciais.....	19
Os Conflitos Interpessoais.....	21
Amor pela Disciplina .....	22
Quadro Sinótico .....	24
<b>II. HISTÓRIA E TEORIA DO CONFLITO DE LEIS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO .....</b>	<b>25</b>
Antiguidade .....	25
Os Bárbaros e a Personalidade das Leis.....	27
O Regime Feudal e a Territorialidade das Leis .....	28
Os Centros de Mercancia da Idade Média.....	29
Teorias Estatutárias .....	30
Doutrinas Modernas.....	38
O Método do DIP.....	45
<b>III. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO .....</b>	<b>49</b>
A) <i>Fontes</i> .....	49
A Lei.....	49
A Doutrina .....	53
A Jurisprudência.....	54
Tratados e Convenções .....	55

Roteiro para Internalização dos Tratados no Direito Brasileiro.....	59
A Convenção não Ratificada como Fonte de Direito .....	61
Tratado de Lima .....	63
Tratados de Montevideu .....	64
Código Bustamante.....	65
Conferência Especializada Interamericana sobre DIP .....	69
Mercosul.....	70
<i>Restatement of the Law of Conflict of Laws</i> .....	71
As Convenções da Haia.....	71
Liga das Nações e Nações Unidas .....	75
Academia de Direito Internacional.....	77
Outras Instituições .....	77
Jurisprudência Internacional .....	78
<i>B) Conflito entre Fontes</i> .....	80
Lei V. Tratado .....	80
Conflito entre Constituição e Tratado .....	85
Jurisprudência Brasileira .....	87
Recurso Extraordinário n. 80.004.....	90
Crítica da Doutrina .....	93
Em Defesa do Acórdão.....	94
Hipóteses Especiais .....	96
De Volta aos Acórdãos Antigos .....	100
A Convenção de Varsóvia (Montreal) sobre Transporte Aéreo.....	101
Proteção de Marca .....	104
A Questão da Prisão Civil .....	104
A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados .....	107
Conflito Tratado V. Constituição na União Europeia.....	107
Conflito Tratado V. Lei na União Europeia.....	108
Direito Internacional Privado V. Direito Comunitário .....	109
Crise no Direito Internacional dos Estados Unidos .....	111

## **PARTE II – PESSOAS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO... 113**

<b>IV. NACIONALIDADE</b> .....	115
Nacionalidade e Direito Internacional Privado.....	115
Noção e Importância da Nacionalidade .....	117
Nacionalidade e Cidadania.....	118
Aquisição de Nacionalidade.....	120
Mudança de Nacionalidade.....	122
Direito Brasileiro da Nacionalidade: Nacionalidade Originária .....	125

Hipótese Inconstitucional de Nacionalidade Brasileira .....	135
Naturalização.....	140
Direitos Especiais dos Portugueses.....	144
Perda da Nacionalidade .....	146
Reaquisição da Nacionalidade .....	153
Nacionalidade da Mulher Casada.....	153
Jurisprudência Brasileira sobre Perda de Nacionalidade.....	155
Conflitos de Nacionalidade Positivos e Negativos.....	157
Princípios e Regras Internacionais sobre a Nacionalidade .....	160
Jurisprudência Internacional.....	163
<b>V. A CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO .....</b>	<b>169</b>
A Entrada do Estrangeiro.....	169
Visto de Entrada.....	178
Fixação em Determinada Região do Território Nacional (Imigração Dirigida).....	179
O Direito dos Estrangeiros Admitidos .....	181
Os Direitos do Estrangeiro no Brasil.....	182
Exercício de Atividades Políticas.....	186
Outras Restrições .....	189
Classificação de Direitos.....	195
Direito Comparado.....	196
Cargo Público .....	198
Assimilação dos Estrangeiros.....	202
Questões Profissionais.....	204
Estatuto do Refugiado e Asilado.....	205
Saída Compulsória do Estrangeiro .....	211
Expulsão do Estrangeiro .....	215
Natureza do Ato de Expulsão.....	219
Competência para Expulsar .....	220
Defesa do Expulsando.....	221
Defesa do Deportando.....	229
Casos Clássicos da Jurisprudência Brasileira.....	229
Retrospectiva do Direito de Expulsão no Voto do Ministro Thompson Flores.....	236
Indenização por Expulsão .....	241
Extradicação .....	242
<b>VI. PESSOA JURÍDICA.....</b>	<b>249</b>
Critérios de Determinação da Nacionalidade das Pessoas Jurídicas...	251
Direito Convencional.....	257

Tratados de Montevideu .....	257
Código Bustamante.....	258
Convenções da OEA (CIDIP II e III) .....	258
Tratado de Roma.....	259
Convenção de Bruxelas.....	260
Convenção da Haia.....	261
Convenção de Estrasburgo.....	261
Convenção do BIRD.....	261
Jurisprudência Estrangeira.....	262
Jurisprudência da Corte Internacional.....	263
O Direito Positivo Brasileiro.....	264
Funcionamento da Pessoa Jurídica Estrangeira no Brasil.....	270
Empresas Jornalísticas .....	272
Jurisprudência Brasileira.....	275
Restrição às Pessoas Jurídicas de Direito Público .....	276
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	277
<b>PARTE III – CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO .....</b>	<b>279</b>
<b>VII. AS NORMAS SOBRE CONFLITOS DE LEIS.....</b>	<b>281</b>
Normas Indiretas.....	281
Normas Diretas.....	283
Normas Qualificadoras.....	285
Estrutura da Norma de DIP: Normas Unilaterais, Bilaterais e Justapostas.....	286
<b>VIII. DIREITO UNIFORME, DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E DIREITO COMPARADO .....</b>	<b>293</b>
Direito Uniforme.....	293
Direito Uniformizado .....	294
Entusiasmo Passageiro pelo Direito Uniforme.....	294
A Uniformização do Direito Econômico .....	296
Direito Uniforme e Direito Internacional Privado: Teorias de Asser e Jitta.....	297
Sistemas de Solução de Conflitos de Leis.....	298
Direito Internacional Privado Uniformizado.....	299
Os Quatro Fatores Resumidos.....	300
Direito Comparado .....	302
<b>IX. DIREITO INTERTEMPORAL E CONFLITO DE LEIS.....</b>	<b>307</b>
Sobredireitos e Conflitos Bidimensionais.....	307

Direito Intertemporal Internacional .....	307
Direito Internacional Intertemporal .....	309
Jurisprudência Francesa (Direito Intertemporal Internacional) .....	311
Jurisprudência Brasileira (Direito Internacional Intertemporal) .....	312
Conflitos Móveis .....	313
<b>X. REGRAS DE CONEXÃO – LEI DETERMINADORA DO ESTATUTO PESSOAL .....</b>	<b>315</b>
Regras de Conexão .....	315
As regras de Conexão .....	317
O Estatuto Pessoal .....	319
Territorialidade.....	320
Nacionalidade.....	321
Domicílio .....	322
Legislações Internas em Matéria de Estatuto Pessoal.....	329
Mudança de Estatuto Pessoal – Conflitos Móveis.....	333
O Estatuto Pessoal nas Convenções da Haia .....	335
Os Tratados de Montevidéu.....	336
O Código Bustamante.....	336
Proposta do Instituto de Direito Internacional.....	337
O Estatuto Pessoal no Direito Internacional Privado Brasileiro ....	338
Distinções em Matéria de Capacidade .....	343
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	344
Exceção do Direito Cambiário .....	346
Outras Regras de Conexão para o Estatuto Pessoal.....	347
Jurisdição Competente V. Lei Aplicável.....	349
<b>XI. REGRAS DE CONEXÃO E PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO .....</b>	<b>351</b>
Regras de Conexão .....	351
I – Casamento.....	351
Formalidades Habilitantes.....	351
Formalidades de Celebração.....	352
Capacidade Nupcial/Validade Substancial do Casamento.....	353
Efeitos Pessoais do Casamento .....	354
Obrigação Alimentar entre os Cônjuges.....	356
Efeitos Patrimoniais do Casamento – O Regime de Bens.....	356
Divórcio .....	358
Anulação de Casamento.....	359
Pais/Filhos .....	360

II – Direitos Hereditários .....	361
III – Bens .....	363
IV – Obrigações Contratuais .....	365
V – Obrigações por Atos Ilícitos .....	367
Princípios de Direito Internacional Privado .....	368
Princípios Positivos .....	369
I – Proximidade .....	369
II – Autonomia da Vontade .....	370
III – Proteção .....	370
IV – Lei mais Favorável .....	371
<b>XII. APLICAÇÃO, PROVA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO .....</b>	<b>373</b>
Natureza Jurídica da Lei Estrangeira – Fato ou Direito? .....	374
Aplicação do Direito Estrangeiro .....	383
Prova do Direito Estrangeiro .....	385
Interpretação do Direito Estrangeiro .....	389
Adaptação .....	392
Jurisprudência Brasileira .....	393
<b>PARTE IV – PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO .....</b>	<b>395</b>
<b>XIII. QUALIFICAÇÕES .....</b>	<b>397</b>
O Processo de Qualificação .....	397
Conceituar + Classificar = Qualificar .....	398
O Conflito das Qualificações .....	398
Os Exemplos .....	399
Determinação da Lei Qualificadora .....	401
Jurisprudência Inglesa .....	405
Jurisprudência Americana .....	408
A Qualificação no Direito Internacional Privado Brasileiro .....	409
Jurisprudência Brasileira .....	412
Noções Qualificadoras em Textos Convencionais e Domésticos ...	416
Projetos para Substituição da Lei de Introdução .....	418
<b>XIV. REENVIO .....</b>	<b>419</b>
Primeira Fonte Jurisprudencial do Reenvio .....	421
O Caso Forgo .....	422
Debate em Torno do Reenvio .....	423
Teorias Conducentes ao Reenvio .....	425
Recusa do Reenvio Baseado na Lei Estrangeira como Fato .....	426

Reenvio de 2º Grau .....	427
Terminologia .....	428
Exceções à Aceitação do Reenvio .....	429
Sistema Britânico de Duplo Reenvio .....	431
Textos Legais Relativos ao Reenvio .....	431
O Direito Convencional e o Reenvio.....	433
Jurisprudência Francesa .....	439
Jurisprudência Belga .....	440
Jurisprudência Tunisina: Caso Duprève – Forgo, 2ª edição.....	440
O Reenvio no Direito Internacional Privado Brasileiro.....	441
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	446
<b>XV. ORDEM PÚBLICA .....</b>	<b>449</b>
A Noção da Ordem Pública no Direito Internacional Privado.....	449
Histórico.....	452
Características da Ordem Pública.....	453
Os Três Níveis da Ordem Pública .....	458
Aplicação da Ordem Pública Condicionada pela Proximidade.....	465
Substituição da <i>Lex Causae pela Lex Fori</i> .....	466
O Papel do Juiz .....	466
Legislação Nacional e Estrangeira.....	467
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	470
Tratados e Convenções .....	470
Aplicações Veladas do Princípio da Ordem Pública.....	472
A Religião – Desaconselhada como Fator de Conexão .....	473
Jurisprudência Comparada.....	474
O Repúdio da Mulher Muçulmana Perante os Tribunais Ocidentais .....	478
Sentença Estrangeira Imotivada .....	480
Litispêndência e Soberania Nacional .....	483
Dívida de Jogo Contraída no Exterior .....	486
Ordem Pública no Plano Interestadual .....	488
A Ordem Pública Estrangeira e a Ordem Pública Universal.....	490
Conclusão.....	494
<b>XVI. FRAUDE À LEI .....</b>	<b>497</b>
Noção.....	497
Fundamentos da Fraude à Lei no DIP.....	497
Fraude à Lei no DIP e “ <i>Forum Shopping</i> ” .....	500
Consequências da Fraude à Lei .....	501

A Fraude à Lei nas Relações Familiares.....	503
Jurisprudência Francesa .....	505
Legislação .....	506
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	508
Fontes Internacionais.....	508
Fraude à Lei Estrangeira.....	509
A Fraude à Lei na Atualidade.....	511
<b>XVII. A QUESTÃO PRÉVIA .....</b>	<b>513</b>
<b>XVIII. INSTITUIÇÃO DESCONHECIDA.....</b>	<b>521</b>
Algumas Referências Legislativas .....	522
Hipóteses.....	523
A Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de DIP .....	524
<b>XIX. TEORIA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.....</b>	<b>525</b>
A Teoria de Pillet.....	525
A Contribuição de Machado Villela.....	529
Diplomas Internacionais .....	533
O Código Civil Português.....	536
Direitos Adquiridos e Ordem Pública.....	537
O Princípio no Direito Positivo Brasileiro.....	539
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	541
Escravidão.....	542
Outro Fundamento do Princípio dos Direitos Adquiridos .....	543
Direitos Adquiridos e Instituição Desconhecida .....	543
Direitos Adquiridos e Fraude à Lei.....	544
A Teoria Americana dos <i>Vested Rights</i> .....	544
<b>PARTE V – CONFLITO DE JURISDIÇÕES (PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL).....</b>	<b>547</b>
<b>XX. A NATUREZA DAS NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL.....</b>	<b>549</b>
Normas Diretas e Unilaterais .....	549
Normas de Direito Público .....	549
A Equivocada Bilateralização das Normas do Direito Processual Internacional.....	550
Vedação à Bilateralização.....	550
Jurisprudência Brasileira .....	551
Jurisprudência Estrangeira .....	553

Fontes do Direito Processual Civil Internacional.....	554
<i>Lex Fori, Lex Diligentiae e Lex Causae</i> .....	556
Interligação entre a Determinação da Lei Aplicável e a Competência no Plano Internacional.....	563
<b>XXI. ALCANCE E LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL</b> .....	567
Regras Gerais sobre Jurisdição (Competência Internacional).....	568
Competência Concorrente.....	568
Novas Hipóteses de Competência Concorrente Previstas no CPC de 2015.....	572
Relações de Consumo.....	572
Alimentos.....	574
Competência Exclusiva.....	574
Taxatividade ou não das Hipóteses de Competência Internacional.....	576
Hipóteses Previstas em Tratados.....	577
A Eleição de Foro.....	578
Efeitos Positivos e Negativos da Cláusula.....	578
Direito Comparado e Convencional.....	579
Direito Brasileiro.....	582
A Eleição de Foro no CPC de 2015.....	585
<b>XXII. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO</b> .....	587
Introdução.....	587
Breves Noções Preliminares.....	587
Imunidade de Jurisdição.....	591
Tipos de Imunidade.....	591
Imunidade do Estado.....	592
Direito Brasileiro.....	595
A Renúncia à Imunidade pelo Estado.....	600
Extensão do Princípio.....	602
Imunidade em Matéria de Direitos Humanos.....	604
Imunidade de Execução.....	605
Execução Fiscal.....	606
Outros Tipos de Imunidades.....	607
<b>XXIII. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: CARTAS ROGATÓRIAS, HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS E AUXÍLIO DIRETO</b> .....	613
Introdução.....	613
Cartas Rogatórias.....	614

Cartas Rogatórias Ativas.....	615
Cartas Rogatórias Passivas.....	615
Competência Interna para o <i>Exequatur</i> .....	615
Competência Internacional.....	618
Carta Rogatória Executória .....	620
Autoridade Requerente.....	622
Homologação de Sentenças Estrangeiras.....	624
Decisões que Precisam ser Homologadas .....	627
Auxílio Direto .....	629
<b>XXIV. ARBITRAGEM INTERNACIONAL.....</b>	<b>633</b>
Introdução.....	633
O Desenvolvimento da Arbitragem no Brasil .....	634
Arbitragem Internacional.....	637
Definição .....	637
A) Arbitragem Internacional de Direito Internacional Público .....	637
B) Arbitragem de Investimentos.....	639
C) Arbitragem Comercial Internacional .....	640
Arbitragem Comercial Internacional no Direito Comparado.....	640
Arbitragem Comercial Internacional no Brasil.....	643
Disposições da Lei de Arbitragem Brasileira em Matéria de Arbitragem Estrangeira ou Internacional.....	646
Dispensa da Homologação Judicial no País de Origem do Laudo Arbitral .....	647
Dispensa da Citação da Parte Domiciliada no Brasil pela Via da Rogatória.....	651
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>653</b>